

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS

RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE

AGRALE S.A. — PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(versão final — sob critério estrito da cláusula de exequibilidade)

Licitante	AGRALE S.A.
CNPJ	88.610.324/0001-92
Pregão Eletrônico	90004/2026
Processo SEI	23034.002317/2025-55
Objeto	Ônibus Rural Escolar - ORE Zero (4x4) - Agrale Marruá AM 200 MO
Quantidade	260 unidades
Valor Total da Proposta	R\$ 207.974.000,00
REM	2,0% sobre o montante final = R\$ 4.159.480,00
Exercícios analisados	2023 (P1) e 2024 (P2) — Controladora

NOTA PRELIMINAR

Esta versão revisada do Relatório de Exequibilidade incorpora três determinações analíticas: (i) cálculo do desconto sobre o valor total da proposta que viabilizaria a aprovação; (ii) cálculo dos incrementos necessários nas contas contábeis de resultado representativas da liquidez para que o Bloco em que não houve aprovação atinja os 3 SIMs exigidos, na ausência de desconto; e (iii) reconhecimento de que, pelo critério específico da cláusula de exequibilidade do certame, e a despeito da observância do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pela licitante, a **APROVAÇÃO SOMENTE É VIÁVEL SE TODAS AS SEÇÕES APRESENTAREM A QUANTIDADE MÍNIMA DE SIMs PREVISTA NO CHECKLIST OFICIAL DO FNDE.**

Adicionalmente, registra-se que **NÃO HÁ NA DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025 da AGRALE S.A.** As demonstrações mais recentes referem-se ao exercício findo em 31/12/2024, publicadas no Jornal Pioneiro em 03/07/2025. A presente análise é realizada com base nestes dados, ressaltando-se que a Agrale S.A. tipicamente publica suas demonstrações financeiras anuais em meados do exercício subsequente — o que situaria a publicação relativa a 2025 em meados de 2026. Caso haja interesse em integrar as demonstrações de 2025, recomenda-se a juntada formal a partir de nova diligência.

Os três quesitos analíticos formulados, contudo, são passíveis de adequado tratamento técnico com base nos dados ora disponíveis, tendo em vista que: (a) os parâmetros estruturais não tendem a oscilar significativamente entre exercícios consecutivos em ramos industriais maduros; (b) os incrementos de resultado podem ser projetados sobre o último período-base (2024); e (c) o critério estrito da licitação independe da temporalidade dos dados, aplicando-se igualmente sobre quaisquer demonstrações contábeis.

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este relatório apresenta a análise de exequibilidade financeira e econômica da proposta da AGRALE S.A. apresentada ao Pregão Eletrônico nº 90004/2026, cujo objeto é o fornecimento de 260 unidades do Ônibus Rural Escolar ORE Zero (4x4), modelo Agrale Marruá AM 200 MO (Padrão FNDE), pelo valor global de R\$ 207.974.000,00.

A análise segue a sistemática descrita na Base de Conhecimento do FNDE — SEI/FNDE — Análise de Exequibilidade de Propostas - Cgcom, em conformidade com o art. 59 e 64, ambos da Lei nº 14.133/2021 e com o Acórdão 1979/2025-TCU-Plenário. O procedimento adota como critério objetivo um checklist dividido em três blocos com regras próprias de aprovação:

Bloco	Categoria	Critérios totais	Mínimo SIMs exigido
Bloco 1	Análise do Balanço (Liquidez, Endividamento, CGL, Qualidade dos Ativos)	4	2
Bloco 2	Análise da DRE (Receita, Margem EBITDA, Custos Fixos vs Variáveis, Lucro Líquido)	4	3
Bloco 3	Análise da Proposta (TIR, Sensibilidade EBITDA, ROA, Priorização de Receitas)	4	2

Sublinha-se, com especial relevo, o REGIME DA CLÁUSULA DE EXEQUIBILIDADE DO PRESENTE CERTAME: para que a proposta seja considerada exequível, é imprescindível que TODOS OS TRÊS BLOCOS APRESENTEM RESULTADO SIM, segundo a quantidade mínima de critérios atendidos. A insuficiência de SIMs em qualquer um dos blocos — ainda que justificada por análise qualitativa, fundamentos econômicos sólidos ou conformidade técnica com os Pronunciamentos do CPC — IMPEDE a emissão de parecer favorável. Qualquer afastamento qualitativo de não conformidade aritmética, conquanto possa ser tecnicamente fundamentado, NÃO TEM O CONDÃO DE SUPRIR a exigência regulamentar do certame.

2. PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

2.1. Taxa SELIC Meta — média dos 24 meses anteriores

Período	Janela de 24 meses	SELIC Meta média (a.a.)
P1 - 2023	Jan/2022 a Dez/2023	12,92%
P2 - 2024	Jan/2023 a Dez/2024	12,06%

2.2. IPCA acumulado dos três exercícios anteriores

Período	IPCA acumulado (3 exercícios anteriores)	Valor
P1 - 2023	2020 (4,52%) + 2021 (10,06%) + 2022 (5,79%)	21,72%
P2 - 2024	2021 (10,06%) + 2022 (5,79%) + 2023 (4,62%)	21,82%

3. CHECKLIST OFICIAL — RESULTADOS POR BLOCO

3.1. Bloco 1 — Análise do Balanço (mínimo 2 SIMs em 4)

Critério	Indicador	Resultado	Status
4.1 Liquidez (Corrente e Seca)	LC média = 1,138 ($< 1,5$); LS média = 0,663	Não atende	NÃO
4.2 Endividamento	(Passivo - Caixa)/EBITDA-broad = 1,15 ($< 3,0$)	Atende	SIM
4.3 Capital de Giro Líquido	Média CGL = +29.962 (positivo)	Atende	SIM
4.4 Qualidade dos Ativos	Imobilizado/Ativo Total = 12,9% ($<< 3,0$)	Atende	SIM

Resultado Bloco 1: 3 SIMs em 4 — ATENDE (mínimo de 2 SIMs cumprido).

3.2. Bloco 2 — Análise da DRE (mínimo 3 SIMs em 4)

Critério	Indicador	Resultado	Status
5.1 Receita Operacional	ROL média = 407.345 \geq Proposta $\times 1,02 = 212.133$	Atende	SIM
5.2 Margem EBITDA (tendência)	Margem decrescente: 25,9% (2023) \rightarrow 16,6% (2024)	Não atende	NÃO
5.3 Custos Fixos vs Variáveis	CMV/ROL média = 0,695 ($< 0,9$)	Atende	SIM
5.4 Lucro Líquido (LO/LL)	Média = 0,068 (LO 2024 negativo: -95.421)	Não atende	NÃO

Resultado Bloco 2: 2 SIMs em 4 — NÃO ATENDE (mínimo de 3 SIMs não cumprido).

3.3. Bloco 3 — Análise da Proposta (mínimo 2 SIMs em 4)

Critério	Indicador	Resultado	Status
6.1 Impacto na TIR	$TIR < WACC$ pela mecânica do modelo	Não atende	NÃO
6.2 Sensibilidade EBITDA	$EBITDA\text{-}broad/Proposta = 2,277$ (P1) e 2,370 (P2)	Atende	SIM
6.3 ROA / Custos Financeiros	$Despesa\ Fin / Ativo\ Total = 10,6\%$ (média)	Não atende	NÃO
6.4 Priorização Receitas (Lucro Bruto)	$Média\ 123.743 \geq REM \times Proposta = 4.159$ (29,7×)	Atende	SIM

Resultado Bloco 3: 2 SIMs em 4 — ATENDE (mínimo de 2 SIMs cumprido).

4. RECONHECIMENTO DO CRITÉRIO ESTRITO DA LICITAÇÃO

Procede-se ao reconhecimento expresso de que, conforme determinação da autoridade competente do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, a APROVAÇÃO TÉCNICA DA EXEQUIBILIDADE da proposta SOMENTE PODE OCORRER se TODOS OS TRÊS BLOCOS do checklist apresentarem o resultado SIM, conforme a quantidade mínima de critérios atendidos em cada um.

Esta exigência é mais rígida do que a mera análise técnica fundamentada em pronunciamentos do CPC, e sobrepõe-se a quaisquer argumentos qualitativos ou quantitativos suplementares que pudessem afastar não conformidades aritméticas. Em linguagem direta:

- (i) o cumprimento estrito do CPC, ainda que comprovado por documentação assinada, não basta;*
- (ii) o esclarecimento contábil dos itens reclassificados, ainda que tecnicamente correto, não basta;*
- (iii) a evidência do EBITDA positivo e do desempenho operacional saudável, ainda que comprovados, não bastam;*
- (iv) o parecer irrestrito dos auditores independentes, ainda que reforce a fidedignidade das demonstrações, não basta;*
- (v) o suporte do Grupo Stedile via dados consolidados, ainda que melhore os índices, não basta para suprir, no nível da controladora, a exigência aritmética dos critérios isolados.*

TODOS OS BLOCOS DEVEM APRESENTAR SIM. Esta é a regra do certame e dela este relatório não se afasta.

Considerando que o BLOCO 2 (DRE) apresenta apenas 2 SIMs em 4 — quando o mínimo exigido é 3 — fica desde logo configurada situação de NÃO ATENDIMENTO ESTRITO da exigência, tornando IMPOSSÍVEL a emissão de parecer favorável com base nas demonstrações contábeis tal como apresentadas.

Não havendo, contudo, vedação à PROPOSIÇÃO DE CENÁRIOS pelos quais a licitante possa, por meio de elementos suplementares ou de ajustes em sua proposta, viabilizar adequação ao critério estrito do certame, esta análise técnica passa a examinar, nos itens seguintes, os dois cenários explicitamente solicitados pela autoridade demandante.

5. ANÁLISE FUNDAMENTADA NOS PRONUNCIAMENTOS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

Esta seção apresenta análise técnica suplementar à exequibilidade, fundada nos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com prioridade nos elementos contidos nos últimos relatórios analíticos produzidos pela própria sociedade empresária licitante e juntados aos autos do Pregão Eletrônico nº 90004/2026. São eles: (i) o documento "Índices de Liquidez e Solvência — Item 9.23 e Item 9.24", assinado digitalmente em 24-25/02/2026 pelo Contador (Milton Farina, CRC RS 043517/O-2) e pelo Diretor Executivo (Rogério Vacari); e (ii) o documento "Indicadores Econômico-Financeiros AGRALÉ 2024", assinado digitalmente em 14-15/04/2026 pelos mesmos responsáveis técnicos.

Reitere-se, desde já, a advertência metodológica: as análises desta seção, ainda que tecnicamente conformes aos Pronunciamentos do CPC e ao adequado tratamento contábil, NÃO TÊM O CONDÃO DE SUPRIR a exigência aritmética da cláusula estrita de exequibilidade do certame, conforme reconhecido na Seção 4 deste relatório. Sua finalidade é, portanto, ESCLARECEDORA E SUBSIDIÁRIA, destinada a auxiliar a autoridade competente na compreensão econômica do desempenho da licitante e na decisão sobre eventuais diligências complementares a serem deflagradas com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

5.1. CPC 26 (R1) — Apresentação das Demonstrações Contábeis

O CPC 26 (R1) — Apresentação das Demonstrações Contábeis estabelece, em seu item 85, que "a entidade deve apresentar itens adicionais, títulos e subtotais na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente quando essa apresentação for relevante para a compreensão do desempenho financeiro da entidade". Adicionalmente, o item 87 do mesmo Pronunciamento veda expressamente a apresentação de itens como receitas e despesas extraordinárias "em qualquer item da demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, ou nas notas explicativas". Tal disposição, contudo, NÃO IMPEDE a entidade de evidenciar, em notas explicativas ou em informações suplementares, a separação entre resultados operacionais recorrentes e resultados não recorrentes, desde que a apresentação seja informativa e contribua para a compreensão do desempenho. É exatamente o que faz a AGRALÉ S.A. nos seus dois últimos documentos analíticos:

(a) O documento "Indicadores Econômico-Financeiros AGRALÉ 2024" apresenta, em item próprio ("j) E.B.I.T.D.A."), o cálculo do EBITDA segmentando expressamente o que denomina "AJUSTE NÃO OPERACIONAL" no valor de R\$ 154.536 mil — tanto na controladora quanto no consolidado. Este

ajuste, embora não constitua extraordinariedade vedada pelo item 87, configura informação suplementar relevante para fins de avaliação econômica da entidade, em conformidade com o item 85.

(b) O cálculo oficial do EBITDA pela própria empresa (R\$ 79.439 mil controladora; R\$ 123.844 mil consolidado) é metodologicamente coerente com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa, na medida em que retoma o lucro líquido como ponto de partida e incorpora os ajustes de itens que não afetaram o caixa (depreciação) e os elementos financeiros, alinhando-se com a métrica internacionalmente reconhecida ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization").

Conclusão sob CPC 26 (R1): a apresentação dos resultados pela AGRAL S.A. atende ao Pronunciamento Contábil aplicável. A administração optou, dentro do espaço discricionário regulamentado, por concentrar os itens não operacionais em rubrica residual da DRE ("Outras receitas (despesas) operacionais líquidas"), evidenciando-os de forma segregada nos demonstrativos suplementares quando relevante para a análise — exatamente como faculta o item 85.

5.2. CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa

O CPC 03 (R2) — Demonstração dos Fluxos de Caixa exige a apresentação dos fluxos de caixa do período, classificados em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A análise da DFC publicada pela AGRAL S.A. para o exercício de 2024 revela que o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R\$ 127.621 mil (controladora) e R\$ 72.479 mil (consolidado) — ambos POSITIVOS, demonstrando capacidade efetiva de geração de caixa.

Item da DFC	Controladora 2024 (R\$ mil)	Consolidado 2024 (R\$ mil)
Caixa líquido das Atividades Operacionais	127.621	72.479
Caixa líquido das Atividades de Investimento	(23.403)	24.363
Caixa líquido das Atividades de Financiamento	(65.819)	(79.978)
Variação líquida de Caixa	38.399	16.864
Caixa final do exercício	42.943	65.349

Esta evidência da DFC tem especial relevância porque, à luz do CPC 03 (R2), o fluxo de caixa operacional é a métrica que MELHOR capta a capacidade real de geração de caixa do negócio principal da entidade — sem distorções por reclassificações entre rubricas operacionais e financeiras na DRE. O valor de R\$ 127.621 mil (controladora) é mais de 30 vezes superior ao Retorno Esperado do Mercado de R\$ 4.159 mil, e mais de 60% do valor total da proposta (R\$ 207.974 mil).

5.3. CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Os Pronunciamentos CPC 21 (R1) e CPC 23 estabelecem o regime de mudança de políticas contábeis e correção de erros. Aplicados ao caso da AGRALÉ S.A., observa-se que a sociedade tem mantido CONSISTÊNCIA NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS entre os exercícios analisados (2023 e 2024), conforme expressamente declarado em sua Nota Explicativa nº 2.1 ("Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados"). O parecer dos auditores Rosito & Filomena para 2024, sem ressalvas, atesta tal consistência.

A aparente "inversão" entre os exercícios 2023 e 2024 na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" (de R\$ 154.230 mil positivos em 2023 para R\$ (188.310) mil negativos em 2024) NÃO constitui mudança de política contábil — refere-se à NATUREZA DOS EVENTOS ECONÔMICOS DOS RESPECTIVOS EXERCÍCIOS: em 2023, a sociedade reconheceu ganhos relativos à conclusão da reestruturação de passivos junto ao Banco Bradesco, Banco do Brasil e Banco Banrisul (Nota 13), bem como à dação em pagamento de imóveis. Em 2024, registraram-se efeitos da hiperinflação argentina (CPC 42, R\$ 64.189 mil), efeitos cambiais e outros itens não recorrentes que se acumularam negativamente naquela rubrica.

Conclusão sob CPC 21 (R1) e CPC 23: as demonstrações contábeis de 2023 e 2024 são tecnicamente comparáveis, com aplicação consistente de políticas contábeis. As diferenças nos resultados operacionais entre os exercícios derivam da NATUREZA DOS EVENTOS ECONÔMICOS, não de práticas contábeis distintas.

5.4. CPC 42 — Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária

O CPC 42 — Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária exige que entidades que tenham investidas operando em economias hiperinflacionárias apliquem correção monetária integral aos seus ativos e passivos não monetários. A República Argentina é, por consenso técnico internacional, classificada como economia hiperinflacionária desde 2018, mantendo tal classificação ao longo de 2023 e 2024.

A AGRALÉ S.A. APLICA CORRETAMENTE O CPC 42 à sua controlada Agrale Argentina S.A. (controle de 80,4752%, conforme Nota 2.2). Em 2024, a aplicação resultou em correção monetária de R\$ 64.189 mil reconhecida em "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido (Nota 2.2.c). Esta correção, embora correta em tratamento contábil, IMPACTA A COMPARABILIDADE DIRETA das margens entre os exercícios 2023 e 2024, sobretudo no resultado consolidado, e parcialmente também no individual em razão da equivalência patrimonial sobre a controlada hiperinflacionária.

Conclusão sob CPC 42: a queda da Margem EBITDA entre 2023 (25,9%) e 2024 (16,6%) na controladora — que motiva o não atendimento aritmético do critério 5.2 — DEVE SER INTERPRETADA EM CONJUNTO com os efeitos do CPC 42 sobre a controlada Agrale Argentina, cuja conjuntura econômica argentina sofreu severas medidas de ajuste em 2024 com a posse do novo governo. O próprio Relatório da Administração 2024 registra: "Mesmo no caso das importantes operações na Argentina, fortemente impactadas pelas severas medidas de ajuste adotadas pelo seu novo governo, a Agrale Argentina conseguiu concluir o exercício em equilíbrio, superando as perdas iniciais".

5.5. CPC 47 — Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 — Receita de Contrato com Cliente, em vigor desde 2018, estabelece o modelo de cinco etapas para reconhecimento da receita. A análise da Nota Explicativa nº 20 da AGRALÉ S.A. (Receitas) revela CRESCIMENTO ROBUSTO DA RECEITA OPERACIONAL entre os exercícios:

Componente da Receita	2023 (R\$ mil)	2024 (R\$ mil)
Vendas brutas — Mercado Interno	347.578	505.474
Vendas brutas — Mercado Externo	52.033	41.853
Total de vendas brutas	399.611	547.327
Crescimento da Receita Bruta	—	+ 36,96%
Receita Líquida	335.623	479.068
Crescimento da Receita Líquida	—	+ 42,74%

Tal expansão de receita — em ritmo superior à inflação dos respectivos períodos — evidencia, em conformidade com o CPC 47, RECONHECIMENTO ADEQUADO DE RECEITA EM TRANSAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE BENS (vendas de veículos automotores, motores e implementos), com critérios de mensuração consistentes com a natureza da atividade industrial.

Adicionalmente, o Relatório da Administração 2024 informa: "O aumento de 48,7% no faturamento da Agrale S.A. no exercício de 2024 e de 24,1% no acumulado confirma a eficácia das ações adotadas pela empresa para superar os efeitos de longo prazo da crise econômica iniciada em 2014". O Contrato de Manufatura firmado em 2024 com a chinesa Foton — pela controlada Agrale Montadora — representa, ainda em sede de CPC 47, INCREMENTO ESTRUTURAL DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE RECEITA FUTURA, com potencial de elevação dos resultados nos exercícios subsequentes.

5.6. CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados e CPC 25 — Provisões

O CPC 33 (R1) e o CPC 25 estabelecem regras para reconhecimento de provisões e passivos contingentes. A análise das Notas Explicativas nº 2.13 (Participação nos lucros) e nº 16 (Provisão para Contingências) da AGRALE S.A. revela tratamento contábil adequado:

(a) Em 2024, as Provisões para Contingências consolidadas totalizaram R\$ 7.254 mil (reduzidas de R\$ 13.129 mil em 2023), o que indica DESPROVISIONAMENTO BRUTO de R\$ 5.875 mil — consequência de processos judiciais resolvidos favoravelmente à empresa ou de reclassificação para probabilidade possível.

(b) As contingências de probabilidade possível NÃO PROVISIONADAS totalizam R\$ 46.889 mil em 2024 (R\$ 45.268 mil em 2023), valores estáveis e adequados ao porte da sociedade.

Conclusão sob CPC 33 (R1) e CPC 25: o nível de contingenciamento da AGRALE S.A. é compatível com sua atividade industrial, com tendência de redução das provisões consolidadas em 2024, indicativo de melhoria do ambiente jurídico-tributário da sociedade.

5.7. Síntese da Análise sob os Pronunciamentos do CPC

À luz dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis examinados nesta seção, e priorizando os elementos contidos nos últimos relatórios produzidos pela própria sociedade empresária licitante, registra-se em síntese:

Pronunciamento CPC	Aspecto avaliado	Conformidade da AGRALÉ
CPC 26 (R1)	Apresentação das DCs	CONFORME — segregação adequada de itens em notas suplementares
CPC 03 (R2)	DFC — Geração de Caixa Operacional	CONFORME — Caixa Operacional positivo de R\$ 127,6 mi
CPC 21 (R1) / 23	Consistência de políticas contábeis	CONFORME — atestada por auditores sem ressalvas
CPC 42	Hiperinflação Argentina	CONFORME — aplicação correta com correção de R\$ 64,2 mi em PL
CPC 47	Reconhecimento de Receita	CONFORME — crescimento de 42,74% na Receita Líquida
CPC 33 (R1) / 25	Contingências e Provisões	CONFORME — provisões adequadas e em redução

DECLARAÇÃO TÉCNICA: Em estrita observância aos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as demonstrações contábeis da AGRALÉ S.A. relativas aos exercícios de 2023 e 2024 são **FORMAL E SUBSTANCIALMENTE ADEQUADAS**, traduzindo com fidedignidade a posição patrimonial e financeira, o desempenho operacional e os fluxos de caixa da sociedade. A análise sob a ótica do CPC permite afirmar que a AGRALÉ S.A. **APRESENTA SAÚDE FINANCEIRA E CAPACIDADE OPERACIONAL ADEQUADAS** para a execução do contrato pretendido pelo Pregão Eletrônico nº 90004/2026.

Não obstante, REPISA-SE que o critério estrito da cláusula de exequibilidade do certame, conforme reconhecido na Seção 4 deste relatório, EXIGE A APROVAÇÃO ARITMÉTICA DE TODOS OS BLOCOS DO CHECKLIST OFICIAL DO FNDE, e a conformidade aos Pronunciamentos do CPC, ainda que

tecnicamente cabal, NÃO TEM O CONDÃO DE SUPRIR a inexecuibilidade aritmética do Bloco 2 (DRE), que apresenta apenas 2 SIMs de 4 critérios — quando o mínimo exigido é 3.

Esta análise técnica, fundada nos Pronunciamentos do CPC, é portanto INSTRUMENTO SUBSIDIÁRIO destinado a auxiliar a autoridade competente nas decisões sobre eventuais diligências previstas nos art. 59 e 64 da Lei nº 14.133/2021, NÃO CONSTITUINDO afastamento da exigência regulamentar do certame.

6. CENÁRIO 2 — INCREMENTOS NECESSÁRIOS NAS CONTAS DE RESULTADO

Demonstrada, no Cenário 1, a INEFICÁCIA do desconto, indaga-se em seguida: caso a proposta seja mantida no valor original (R\$ 207.974.000,00), QUAIS SERIAM OS INCREMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS NAS CONTAS CONTÁBEIS DE RESULTADO, REPRESENTATIVAS DA LIQUIDEZ, capazes de fazer o Bloco 2 (DRE) atingir os 3 SIMs mínimos exigidos pelo checklist?

Para o atendimento do Bloco 2, considerando que a empresa já cumpre 2 dos 4 critérios (5.1 Receita Operacional e 5.3 Custos Fixos vs Variáveis), basta que UM dos dois critérios não atendidos seja convertido em SIM — seja o 5.2 (Margem EBITDA) ou o 5.4 (Lucro Líquido). Examinam-se a seguir, em ordem de eficiência econômica, as duas alternativas.

6.1. Caminho A: flipar critério 5.4 (Lucro Operacional / Lucro Líquido)

O critério 5.4 exige que a média entre exercícios da razão Lucro Operacional / Lucro Líquido seja maior ou igual a 0,7. Atualmente:

$$P1 (2023): LO/LL = 227.148 / 227.292 = 0,9994$$

$$P2 (2024): LO/LL = -95.421 / 110.421 = -0,8642$$

$$\text{Média: } (0,9994 + (-0,8642))/2 = 0,0676 \text{ — abaixo de } 0,7 \rightarrow \text{NÃO atende}$$

Para fazer a média atingir o limite de 0,7, é necessário que a razão LO/LL de 2024 alcance, no mínimo, o valor de 0,4006 (resolução: $(0,9994 + X)/2 = 0,7 \Rightarrow X = 0,4006$). Mantida constante a base de Lucro Líquido (R\$ 110.421 mil), o Lucro Operacional 2024 precisaria atingir, no mínimo:

- **Lucro Operacional 2024 mínimo = $0,4006 \times 110.421 = \text{R\$ } 44.234 \text{ mil}$**

Como o Lucro Operacional efetivo de 2024 foi negativo em R\$ 95.421 mil, o INCREMENTO MÍNIMO no Lucro Operacional para fazer o critério 5.4 atender é de R\$ 139.655 mil (= $44.234 - (-95.421)$).

Componente	Atual 2024 (R\$ mil)	Necessário (R\$ mil)
Lucro Operacional	(95.421)	44.234
Incremento mínimo necessário	—	+ 139.655
Lucro Líquido (mantido constante)	110.421	110.421
Razão LO/LL 2024 (resultante)	(0,8642)	0,4006

Média P1/P2 (resultante)	0,0676	0,7000
--------------------------	--------	--------

7.1.1. Forma de implementação

Importa observar que o documento oficial "Indicadores Econômico-Financeiros AGRALE 2024", assinado em abril/2026, declara expressamente o valor de R\$ 154.536 mil como "Resultados Não Operacionais" do exercício de 2024. Tal montante, classificado fora do resultado operacional na DRE original, REPRESENTA EXATAMENTE A FONTE NATURAL para realocação que viabilizaria o cumprimento do critério 5.4.

Bastaria, portanto, que a sociedade empresária licitante apresente, em diligência complementar, demonstração contábil republicada (ou nota explicativa específica) reclassificando aproximadamente R\$ 139.655 mil dos R\$ 154.536 mil (90,4% do total) declarados como "Resultados Não Operacionais" para a categoria de RESULTADO OPERACIONAL, o que faria o LO 2024 da Controladora subir de -R\$ 95.421 mil para +R\$ 44.234 mil, e a razão LO/LL alcançar exatos 0,4006, suficiente para cumprir o critério 5.4.

7.2. Caminho B: flipar critério 5.2 (Margem EBITDA — tendência)

Alternativamente, é possível buscar o cumprimento do critério 5.2, que exige tendência não decrescente da Margem EBITDA entre os exercícios. Aplicando-se a metodologia padrão (e oficial, declarada pela própria Agrale):

EBITDA 2023 = R\$ 86.790 mil; Receita Líquida 2023 = R\$ 335.623 mil; Margem 2023 = 25,9%

EBITDA 2024 = R\$ 79.439 mil; Receita Líquida 2024 = R\$ 479.068 mil; Margem 2024 = 16,6%

Tendência: 25,9% → 16,6% = decrescente → NÃO atende

Para que a Margem EBITDA 2024 atinja, no mínimo, o patamar de 25,9% (igual ao de 2023, garantindo tendência não decrescente), o EBITDA 2024 precisaria alcançar:

EBITDA 2024 mínimo = 25,9% × 479.068 = R\$ 124.078 mil

Logo, o INCREMENTO MÍNIMO necessário em EBITDA 2024 é de R\$ 44.640 mil (= 124.078 - 79.439).

Componente	Atual 2024 (R\$ mil)	Necessário (R\$ mil)
EBITDA padrão (Controladora)	79.439	124.078
Incremento mínimo necessário	—	+ 44.640

Margem EBITDA 2024 (resultante)	16,6%	25,9%
Tendência (P1 → P2)	Decrescente	Estável (atende)

7.3. Comparação dos caminhos e impacto sobre liquidez

Os dois caminhos apresentam custos econômicos distintos, conforme o seguinte resumo, considerando que o incremento na conta de resultado se traduz, conforme método contábil, em incremento na liquidez (fluindo para Caixa após IR/CSLL de 34%) e no Patrimônio Líquido:

Caminho	Critério-alvo	Incremento (R\$ mil)	Caixa (após IR)	LC resultante
B (POSSIBILIDADE)	5.2 Margem EBITDA	44.640	≈ 29.462	1,53
A (reclassificação)	5.4 LO/LL ≥ 0,7	139.655	0 (apenas reclass.)	1,42 (sem mudança)
A (novo lucro)	5.4 LO/LL ≥ 0,7	189.852	≈ 125.302	1,92

7.3.1. Impacto sobre as contas de liquidez

Considerando que o usuário demanda análise explícita sobre as "contas contábeis de resultado representativas da liquidez", esclarece-se que: o incremento em qualquer conta de resultado (operacional ou EBITDA) que represente realização efetiva de receita não-operacional convertida em receita operacional, ou novo resultado realizado, traduz-se contabilmente em (i) AUMENTO DO LUCRO LÍQUIDO (após IR/CSLL); (ii) AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO via retenção de lucros (RESERVAS); e (iii) AUMENTO DO ATIVO CIRCULANTE — tipicamente Caixa, Contas a Receber ou similar — em valor equivalente.

Na hipótese do CAMINHO B (incremento de R\$ 44.640 mil em EBITDA, com tributação plena de 34%), o efeito-cascata seria aproximadamente o seguinte:

Indicador de Liquidez	Atual 2024	Após incremento	Varição
Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	42.943	≈ 72.405	+ 29.462
Ativo Circulante (R\$ mil)	354.137	≈ 383.599	+ 29.462

Liquidez Corrente (LC)	1,42	1,53	+ 0,11
Liquidez Seca (LS)	0,79	0,91	+ 0,12
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	253.213	≈ 282.675	+ 29.462

Como se vê, o incremento solicitado por via econômica produz adicional benefício colateral nos índices de liquidez já apurados, fortalecendo as métricas do Bloco 1 e fazendo a Liquidez Corrente avançar de 1,42 para 1,53 — consideravelmente mais confortável.

7.4. Resposta consolidada ao Quesito 2

RESPOSTA AO QUESITO 2: o incremento mínimo nas contas contábeis de resultado para tornar o Bloco 2 aprovado (3 SIMs) é de R\$ 44.640 mil em EBITDA da controladora (Caminho B — recomendado, por menor magnitude), o que demanda elevação equivalente do Lucro Operacional pré-depreciação. Alternativamente, a reclassificação contábil de R\$ 139.655 mil dos R\$ 154.536 mil já declarados como "Resultados Não Operacionais" para a rubrica de RESULTADO OPERACIONAL faria o critério 5.4 atender, sem necessidade de gerar novo resultado (Caminho A — reclassificação). Em qualquer hipótese, a reclassificação ou o incremento devem ser FORMALIZADOS por nova demonstração contábil ou nota explicativa republicada, com a devida assinatura do contador responsável.

8. CONCLUSÃO E PARECER TÉCNICO

8.1. Síntese dos resultados

Bloco	Categoria	Mínimo SIMs	Resultado	Status
Bloco 1	Análise do Balanço	2	3 de 4	ATENDE
Bloco 2	Análise da DRE	3	2 de 4	NÃO ATENDE
Bloco 3	Análise da Proposta	2	2 de 4	ATENDE

8.2. Parecer Técnico

PARECER DESFAVORÁVEL À CLASSIFICAÇÃO DA AGRALE S.A. NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026, com base nas demonstrações contábeis dos exercícios de 2023 e 2024, sob critério estrito da cláusula de exequibilidade do certame.

Fundamentação: o BLOCO 2 (Análise da DRE) do checklist oficial do FNDE não atinge o mínimo aritmético de 3 SIMs em 4 critérios, em razão de não atendimento dos critérios 5.2 (Margem EBITDA tendência) e 5.4 (Lucro Líquido — sustentabilidade operacional). Embora elementos qualitativos importantes — entre os quais a aplicação do CPC 42 à controlada Agrale Argentina, a reestruturação completa de passivos concluída em 2023, o EBITDA oficial positivo declarado pela própria empresa (R\$ 79.439 mil controladora; R\$ 123.844 mil consolidado), a opinião irrestrita dos auditores Rosito & Filomena e o suporte do Grupo Stedile no consolidado — reforçariam, em juízo qualitativo, a tese de exequibilidade, tais elementos **NÃO TÊM O CONDÃO DE SUPRIR** a exigência aritmética estrita do certame, conforme expressamente reconhecido pela autoridade demandante.

8.3. Recomendações suplementares

À luz das análises de cenário desenvolvidas neste relatório, recomenda-se à autoridade competente que, **ANTES DE PROFERIR DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO**, considere as seguintes alternativas processuais:

(a) **ABERTURA DE DILIGÊNCIA** com fundamento nos art. 59 e 64 da Lei nº 14.133/2021, intimando a licitante AGRALE S.A. para que, querendo, apresente: (i) demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2025 (caso disponíveis); ou (ii) demonstrações republicadas com reclassificação dos itens declaradamente não operacionais (R\$ 154.536 mil) para a rubrica de resultado operacional, assinadas pelo contador responsável;

(b) CIÊNCIA À LICITANTE de que a redução do valor da proposta, isoladamente considerada, NÃO É SUFICIENTE para suprir a inexecuibilidade aritmética do Bloco 2 (DRE), em razão da independência matemática dos critérios 5.2 e 5.4 em relação ao valor ofertado;

(c) FACULTAR À LICITANTE, em sede de diligência, a apresentação de proposta ajustada acompanhada de manifestação contábil que reflita as condições econômicas que viabilizem o cumprimento mínimo do Bloco 2 (DRE) — incremento mínimo de R\$ 44.640 mil em EBITDA 2024, ou reclassificação de R\$ 139.655 mil de Resultados Não Operacionais para Resultado Operacional.

À consideração superior, encaminhe-se à equipe de Licitação para as providências cabíveis.

Brasília/DF, 28 de abril de 2026.

EQUIPE DE APOIO À LICITAÇÃO DE COMPRAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

ANEXO — RESUMO EXECUTIVO DOS QUESITOS

Quesito	Resposta Técnica
1. Qual o desconto necessário para aprovação?	Nenhum desconto, em qualquer magnitude, viabiliza a aprovação. Os critérios 5.2 (Margem EBITDA) e 5.4 (LO/LL) do Bloco 2 — únicos não atendidos no bloco crítico — são MATEMATICAMENTE INDEPENDENTES do valor da proposta.
2. Qual o incremento necessário nas contas de resultado representativas da liquidez?	Mínimo de R\$ 44.640 mil em EBITDA da controladora 2024 (Caminho B — recomendado, com efeito colateral positivo sobre Caixa e Liquidez Corrente). Alternativamente, reclassificação de R\$ 139.655 mil dos R\$ 154.536 mil declarados como Resultados Não Operacionais para Resultado Operacional (Caminho A — apenas reclassificação contábil).
3. Critério estrito da licitação (todos os SIMs) impede aprovação parcial?	CONFIRMADO. A despeito da observância do CPC pela licitante, a cláusula de exequibilidade do certame requer a integralidade dos resultados positivos por bloco. PARECER DESFAVORÁVEL com base nas demonstrações apresentadas.